

Notas para uma alocução do Sr. Alain Latulippe, Alto Comissário do Canadá por ocasião da Cerimónia de encerramento da Reunião de Planificação 2011 dos QAD 2012

Hoje encerramos oficialmente a Reunião da Planificação do Quadro de Avaliação do Desempenho. Este é um dos dois momentos mais importantes realizados todos os anos na parceria entre o Governo de Moçambique e os Parceiros de Apoio Programático – o G19. É nesta altura que chegamos a um acordo sobre o “quanto” pretendemos alcançar em 2012. Esta reunião nos permitiu acordar indicadores e metas para o desempenho do Governo e dos membros do G19.

Estamos aqui hoje para publicamente declarar que chegamos a um acordo para o ano de 2012. Juntos iremos monitorar o progresso ao longo de 2012 e na Revisão Anual, em 2013, voltaremos a nos encontrar para decidir se teremos alcançado ou não, o que hoje nos comprometemos a fazer.

É o atingir das Metas acordadas hoje que como membros do G19, voltar aos nossos governos e justificar o uso contínuo dos recursos dos nossos Estados, o dinheiro dos nossos contribuintes.

O exercício de Planificação deste ano deu-se num ambiente excepcional, num cenário internacional muito particular. Primeiro, aqui em Moçambique, porque estamos a trabalhar com um instrumento novo – o PARP, um instrumento que o Governo adoptou em Maio deste ano para estruturar a sua luta contra a pobreza.

Este documento é um elemento chave do sistema de planificação do Governo para o orçamento, bem como para a gestão do apoio orçamental. Outro elemento é que está cada vez mais evidente que Moçambique é uma terra que promete muito, pela qualidade do seu povo, mas também pela riqueza da sua terra, fértil e cheia de recursos naturais.

Estas riquezas representam um potencial imenso que, uma vez explorado, se pode traduzir num crescimento económico impressionante. Esse potencial pode -- e deve -- trazer benefícios para todos os moçambicanos, e ser traduzido em desenvolvimento a favor dos mais necessitados da sociedade. Os parceiros esperam que, juntos, sob o novo PARP, alcançaremos mais progresso na luta contra a pobreza.

O nosso trabalho deste ano também acontece num contexto financeiro e ambiente económico internacional complexo. A Europa e a América do Norte enfrentam grandes e sérios desafios, que sem dúvida influenciam na forma como os nossos Governos olham para como expressam a sua solidariedade internacional.

Este contexto global significa que temos que desenvolver nosso trabalho num ambiente e num contexto sensivelmente diferente daquele que foi o nosso poucos anos atrás. Neste novo mundo, criatividade, audácia e muito rigor são os novos lemas.

Um dos nossos objectivos este ano foi de trabalhar de maneira mais focalizada. Afinal, o que importa, para todos nós, são os resultados. Neste sentido, a matriz aprovada nesta Reunião espelha bem este esforço de ambas partes de focalizar mais o processo de avaliação do nosso desempenho.

Por isso, concordamos em reduzir o número de indicadores, ao mesmo tempo que identificamos indicadores mais relevantes para medir e guiar os nossos esforços na luta contra a pobreza e para um crescimento mais inclusivo.

Assim, ao longo dos próximos 3 anos poderemos avaliar de maneira mais exacta a produtividade agrícola, a criação de emprego e a qualidade dos serviços públicos para o desenvolvimento humano e social. Ao mesmo tempo, graças a estes indicadores, poderemos fazer um balanço do progresso realizado em áreas importantes como a Gestão de Finanças Públicas, a Transparência, a Boa Governação, a luta contra corrupção e a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva.

O resultado do processo da planificação é obtermos um pacto real entre o Governo e seus parceiros.

Como disse, hoje mais do que nunca, as nossas estratégias devem ser orientadas a obtenção de resultados. Em Maputo tal como em Ottawa, Londres, Oslo, Roma, Paris, Copenhaga e em qualquer outro canto do mundo, os nossos povos, os contribuintes dos impostos querem resultados. Como parte do processo que culmina hoje, chegamos a acordo sobre uma série de Indicadores para medir tais resultados. Também juntos chegamos a acordo sobre assuntos comuns sobre os quais tanto o Governo como os parceiros acham ser importantes para o avanço de Moçambique na sua luta contra a pobreza.

No topo desta lista, o Governo e os parceiros ambos acordaram que a luta contra a corrupção deve ser objectivo comum nos próximos anos. Não deve ser surpresa nenhuma, numa altura em que a sociedade civil, a comunicação social, o povo de Moçambique e seu Governo -- todos -- posicionam-se no seu desejo de enfrentar este desafio importante.

E nós, os parceiros e amigos de Moçambique, queremos ajudar onde possível. Como grupo, mostramos interesse particular no desenvolvimento e aprovação do pacote de Leis Anticorrupção que esta a ser atualmente apresentado ao Parlamento.

Especialistas internacionais e locais qualificaram o pacote como sendo de qualidade e um grande e positivo esforço de alinhar Moçambique as convenções Africanas e internacionais.

A qualidade do pacote é algo que os parceiros sentem que deve ser sublinhado. Mas há muito por fazer ainda. O pacote precisa de ser aprovado e passar a ser lei. A nosso ver, a sociedade civil tem um papel crucial em assegurar que não só os seus pontos de vista e opiniões estejam reflectidos em viva voz e de forma clara aos seus parlamentares, mas também que o pacote vira realidade na vida dos moçambicanos.

A sociedade civil e a comunicação social não devem deixar de cumprir o seu papel chave nesta frente.

Sabemos - porque é uma luta que enfrentamos em nossos próprios países - que na análise final, a eficácia da luta contra corrupção é sobre mudanças em todos os aspectos da vida de um país. Implica uma certa mudança de cultura.

E depende da vontade política. Essa vontade pode ser expressa através da aplicação das leis existentes, enquanto se espera uma melhoria legislativa; pode também manifestar-se pela atenção prestada à transparência na conduta dos negócios do estado ou também no trabalho de elaboração e de atualização do Plano estratégico de luta contra a corrupção.

Tal como as manifestações da corrupção, são várias, as formas de combate e também são muitas. Sabemos que os gestos concretos do Governo na luta contra a corrupção têm sido e serão muitos.

Finalmente, não posso deixar de sublinhar que o acordo à que chegamos hoje é resultado de trabalho árduo dos representantes dos Grupos de Trabalho. Estes grupos têm trabalhadores do Estado, equipes técnicas do G19 e actores da sociedade civil. Sei que há muitos envolvidos, portanto, não irei tentar fazer menção de todos aqui, mas gostaria de sublinhar em particular o esforço dos membros dos Grupos de Trabalho, dos Líderes dos Pilares e dos membros do Grupo de Direção. É verdadeiramente encorajador ver que juntos partilhamos o desejo de busca de objectivos comuns.

Por fim, gostaria justamente de refletir sobre a importância da cooperação e do trabalho em conjunto.

Acredito que como grupo, o G19 está há anos a trabalhar muito no sentido de ser mais articulado e coeso. Queremos ser um parceiro melhor, mas eficaz. Na nossa relação com o Governo, acreditamos muito no investimento para nos entendermos cada vez melhor, para cooperar de forma atingir os objectivos comuns.

Um grande homem americano, o Dr. Martin Luther King Jr., a quem todos nós admiramos, acho eu; disse uma vez: *podemos ter todos vindo em embarcações diferentes, mas agora estamos todos no mesmo barco.*

É evidente que ele se referia a uma situação diferente, mas a essência do seu discurso era sobre a necessidade de realizarmos que temos objectivos comuns. Acredito que se todos nós parceiros viemos a Maputo em embarcações diferentes, todos queremos a mesma coisa: a melhoria das condições de vida para todos os moçambicanos.

É do nosso interesse; partilhamos esse objectivo.

Penso, portanto, que estamos no mesmo barco com Moçambique.

Muito Obrigado.